

SOURCES AND FINANCING LINES FOR ENVIRONMENTAL PROJECTS***FONTES E LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA PROJETOS AMBIENTAIS**Simone Sehnem¹Aléssio Bessa Sarquis²Neidi Krewer Cassol³**ABSTRACT**

Some banks now offer financing programs, application funds and credit cards linked to the environment, non-governmental organizations. Thus the research question emerged: What fonts and lines of reimbursable funding are available in the domestic banking sector to projects linked to the environmental area? We sought to analyze the main sources and lines of reimbursable funding for environmental projects available in the domestic banking sector. An exploratory survey was conducted with a qualitative approach with 09 banks joined the Green Protocol. Data collection occurred via secondary data and analysis of electronic and printed documents. Most of the surveyed banks offer lines of funding for environmental projects (eg CDC Heaters Solar, Environmental Leasing, CDC Forest Certification) and for different audiences (eg developments of the Amazon region's small Midwest companies, farmers in the Northeast, public enterprises and joint stock companies).

Keywords: Sustainability. Environmental projects. Financing lines.

RESUMO

Alguns bancos já oferecem programas de financiamento, fundos de aplicação e cartões de crédito ligados ao meio ambiente para organizações não governamentais. Desse modo surgiu a pergunta de pesquisa: Quais fontes e linhas de financiamento reembolsáveis estão disponíveis no setor bancário nacional para projetos vinculados à área ambiental? Buscou-se analisar as principais fontes e linhas de financiamento reembolsáveis para projetos ambientais disponíveis no setor bancário nacional. Foi feita uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa com 09 instituições bancárias que aderiram ao Protocolo Verde. A coleta de dados ocorreu via dados secundários e

¹ Professora do Mestrado Profissional em Administração da UNOESC, Chapecó/SC e Professora do Mestrado em Administração da UNISUL, Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: simonesehnem_adm@yahoo.com.br

² Professor do Mestrado em Administração da UNISUL, Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: alessio.sarquis@ig.com.br

³ Professora do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC, São Miguel do Oeste, Brasil. E-mail: neidi.cassol@unoesc.edu.br

análise de documentos eletrônicos e impressos. A maioria das instituições bancárias pesquisadas oferece linhas de financiamento para projetos ambientais (ex: CDC Aquecedores Solares, Leasing Ambiental, CDC Certificado Florestal) e para diferentes públicos-alvo (ex: empreendimentos da região Amazônia, empresas de pequeno porte da região Centro-Oeste, produtores rurais da região Nordeste, empresas públicas e sociedades de economia mista).

Palavras-chave: Sustentabilidade. Projetos ambientais. Linhas de financiamento.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Claver *et al* (2007), a gestão ambiental é um sistema com estrutura, responsabilidades, práticas, produtos, processos e recursos destinados a reduzir o impacto ambiental causado pela organização. É um mecanismo através do qual a organização pode gerenciar e controlar os impactos ambientais de seus produtos e atividades operacionais (LUSTOSA, 2003). Um projeto ambiental é um plano contendo um conjunto de atividades interligadas com propósito de gerar sustentabilidade ambiental (SMA/CPLEA, 2005). O processo de gestão ambiental proporciona diferentes benefícios para as organizações. Conforme Seiffert (2005) possibilita, por exemplo: redução no consumo de insumos, minimização nas penalidades por danos ambientais, desenvolvimento de produtos para gestão ambiental, melhoria na imagem institucional, diferenciação competitiva dos produtos, aumento na produtividade industrial, acesso a mercados mais exigentes e melhora na relação com alguns *stakeholders* (ex: órgãos ambientais, comunidade e grupos ambientalistas).

A partir de 1990, a gestão ambiental passou a estar mais presente nas organizações, principalmente naquelas cujo processo industrial causa forte impacto sobre o meio ambiente (HART, 1995). Desde então, essas organizações começaram a empregar práticas ambientais como elemento de vantagem competitiva, tais como minimização de resíduos, produção de produtos verdes e cooperação tecnológica no desenvolvimento de mecanismos de sustentabilidade ambiental. Conforme Souza (2002), dirigentes e executivos passaram a considerar aspectos relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade ambiental nas decisões estratégicas da organização. Segundo Marcutã *et al* (2012), um dos maiores desafios da sociedade é encontrar

soluções de compatibilidade entre a necessidade de crescimento econômico e de desenvolvimento sustentável. Esse desafio requer mudanças no modelo de desenvolvimento econômico, em busca de menor impacto ambiental e maior eficiência na utilização dos recursos naturais. Conforme Érica (2007), o desenvolvimento sustentável esbarra na questão econômica, em função da pouca disponibilidade de recursos, do elevado custo de financiamentos dos projetos ambientais, da necessidade de avaliação da relação custo-benefício dos projetos ambientais, por exemplo. Esse desafio é ainda maior nas empresas de pequeno e médio porte, aquelas cujo capital de giro é mais limitado e que dispõem de capacidade de investimento reduzida.

De acordo com Souza (2005), há necessidade de instrumentos de apoio ao processo de gestão ambiental nas organizações, incluindo possibilidades de acesso a recursos financeiros junto ao setor bancário. Segundo Érica (2007), o financiamento de projetos ambientais requer linhas de financiamento especiais, direcionadas para aplicações ambientais específicas, como recuperação de áreas degradadas, renovação de recursos ambientais e adoção de tecnologias limpas. Nesse sentido, o setor bancário pode contribuir para a sustentabilidade ambiental das organizações. Na opinião de Souza (2005), a participação das instituições bancárias nos programas de desenvolvimento ambiental sustentáveis é essencial, principalmente na viabilização de projetos compatíveis com a legislação ambiental. Jagher, Costa e Costa (2012) entendem também que o setor bancário têm papel relevante na viabilização da sustentabilidade ambiental das organizações, seja através do patrocínio de programas ou na concessão de linhas de financiamentos atraentes para projetos ambientais.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2011), temas como sustentabilidade e meio ambiente estão na agenda das instituições bancárias brasileiras desde 1995, quando alguns bancos públicos e o Ministério do Meio Ambiente assinaram a Carta de Princípios do Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Protocolo Verde. Desde então, várias instituições bancárias passaram a adotar políticas de sustentabilidade ambiental, incluindo a avaliação de riscos ambientais na concessão de créditos e a disponibilização de linhas de financiamento para projetos ambientais (ÉRICA, 2007; JAGHER; COSTA; COSTA, 2012). Segundo Vasconcelos (2011), alguns

bancos já oferecem programas de financiamento, fundos de aplicação e cartões de crédito ligados ao meio ambiente para organizações não governamentais.

Com base nesse contexto, o problema de pesquisa deste estudo foi assim definido: Quais fontes e linhas de financiamento reembolsáveis estão disponíveis no setor bancário nacional para projetos vinculados à área ambiental? O objetivo geral do estudo é analisar as principais fontes e linhas de financiamento reembolsáveis disponíveis no setor bancário nacional para projetos ambientais. Especificamente, o estudo visa: identificar os principais bancos, de natureza público-privada, provedores de linhas de financiamento direcionadas para projetos ambientais; levantar as principais linhas de financiamento disponíveis e as respectivas condições de financiamento (ex: público-alvo, finalidade, itens financiados, prazos e custos); verificar as linhas de financiamento mais atraentes em função do público-alvo e da finalidade de aplicação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção descreve o referencial teórico do presente estudo e aborda o histórico da preocupação ambiental, os fundamentos da gestão ambiental e as principais linhas de pesquisa acadêmica sobre o tema.

2.1 Breve histórico da preocupação ambiental

A discussão sobre preocupação ambiental se iniciou em 1972 no Clube de Roma, órgão liderado por empresários que se reúnem periodicamente para debater assuntos relacionados à política, economia internacional e ao meio ambiente. Na ocasião, a obra publicada “Limites do Crescimento”, conhecida também como relatório do Clube de Roma, descreveu um cenário futuro trágico para a humanidade em decorrência dos padrões de consumo da sociedade (JABBOUR, SANTOS, 2006). No mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente foi realizada na Suécia pela Organização das Nações Unidas (ONU) e alertou fortemente sobre as consequências da degradação ambiental (MEADOWS *et al*, 1972).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) publicou o relatório "Nosso Futuro Comum", com propósito de disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido na época como o modelo que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer os recursos das gerações futuras (WILKINSON; HILL; GOLAN, 2001). Nesta década, o foco da preocupação ambiental era minimizar os desperdícios e atenuar a poluição proveniente do processo produtivo industrial (HOFFMAN, 1999). Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi realizada no Brasil (ECO Rio-92) e buscou reforçar a necessidade da sociedade engendrar programas de desenvolvimento sustentável e promover mudanças paradigmáticas na implementação de ações econômicas, políticas e sociais (JABBOUR; SANTOS, 2006). Em 1997, no Japão, houve a discussão sobre a emissão de gases poluentes, conhecida como Protocolo de Kyoto, que alertou sobre a necessidade de redução dos gases causadores do efeito estufa e sobre o aquecimento global (JABBOUR; SANTOS, 2006). Na década de 90, a preocupação ambiental foi direcionada para a gestão de produtos, incluindo a análise do ciclo de vida e a necessidade de redução da poluição proveniente dos insumos (HOFFMAN, 1999).

Em 2002, as Nações Unidas promoveram na África do Sul a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10. Um dos resultados do evento foi o acordo para redução do número de pessoas sem acesso a água potável e ao saneamento básico (JABBOUR; SANTOS, 2006). Desde então, o desenvolvimento sustentável tem sido um tema presente na pauta das reuniões de lideranças em diferentes países, buscando sempre promover alternativas sustentáveis de produção industrial, a promoção de desenvolvimento sustentável para gerações futuras e o envolvimento de agentes políticos, econômicos e sociais na discussão sobre meio ambiente (MOTTA, ROSSI, 2003).

2.2 Fundamentos de gestão ambiental

Rohrich e Cunha (2004) definem gestão ambiental como o conjunto de políticas e práticas administrativas direcionadas para a saúde e segurança de pessoas e do meio ambiente, por meio da eliminação ou mitigação de impactos ambientais causados por

operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos industriais. Seiffert (2005) descreve a gestão ambiental como o processo de planejamento, organização e controle de atividades organizacionais direcionadas para o desenvolvimento sustentável em relação ao meio ambiente. Para Thoumy e Vachon (2012), a gestão ambiental nas organizações ocorre por intermédio de programas, atividades e projetos ambientais que buscam a redução de desperdícios ou a utilização mais eficiente de recursos organizacionais. Segundo esses autores, há relação positiva entre o tamanho da organização e o desempenho dos projetos ambientais, que tendem a ser financeiramente mais atraentes quando aplicados a produtos ou processos de produção e promovem mudanças no modelo de gestão da organização.

Na sociedade, a magnitude do impacto ambiental está relacionada ao processo industrial, tipos de produtos fabricados e à quantidade de consumidores (SLACK *et al*, 2002). Por isso, as organizações têm papel fundamental no desenvolvimento sustentável da sociedade e precisam considerar nas suas decisões estratégicas preocupações relacionadas ao meio ambiente. Segundo Sanches (2000), questões ambientais tendem a afetar o desempenho dos negócios e podem representar oportunidades ou ameaças de mercado para as organizações. Questões ambientais podem possibilitar, por exemplo, a descoberta de novas formas de aplicação dos recursos da organização e a identificação de novos processos, produtos e mercados. O processo de gestão ambiental nas organizações requer o desenvolvimento de relacionamentos compartilhados com os *stakeholders* (principalmente fornecedores, funcionários, consumidores e comunidade), buscando a redução da poluição, a proteção dos recursos naturais e o bem estar dos consumidores e da comunidade (SANCHES, 2000). A gestão ambiental requer também visão de longo prazo na gestão de produtos, processos e na avaliação do desempenho dos projetos ambientais. Esse olhar diferente pode gerar novos valores, políticas e metas organizacionais.

A gestão ambiental tornou-se um assunto estratégico e representa uma tendência de mercado com impacto na possibilidade de crescimento, rentabilidade e sobrevivência das organizações (BUCHHOLZ, 1992) Conforme Sanches (2000), as organizações precisam adotar postura proativa em relação as questões ambientais, realizando análise previa do impacto ambiental de seus produtos e processos

industriais, e a incorporação de aspectos ambientais nas políticas, objetivos e estratégias da organização. Essa postura pode contribuir no longo prazo para a rentabilidade e competitividade da organização. Nas organizações, no entanto, a implementação da gestão ambiental enfrenta barreiras culturais e financeiras, e não tem sido tratada de maneira homogênea pelas organizações (DONAIRE, 1994). Estudo realizado por Dahlmann, Brammer e Milington (2008), por exemplo, revelam que as práticas organizacionais na área ambiental têm sido heterogêneas e que há diferentes obstáculos na implementação de determinadas estratégias ambientais. Uma barreira importante é a falta de conhecimento e de conscientização da alta administração (CORAZZA, 2003). Outra barreira é a resistência à mudança seja de origem pessoal ou organizacional (POST; ALTMAN, 1994). Há também a falta de recursos, a dificuldade para obtenção da Certificação da Gestão Ambiental e outros aspectos provenientes do ambiente externo, como concorrência, situação da economia e forma de atuação dos fornecedores (BAUMAST, 1997; BIONDI; FREY; IRALDO, 2000; HILLARY, 1998, 2000).

Silva, Reis e Amâncio (2011) desenvolveram estudo em nível nacional em três organizações do setor de energia sobre a percepção do termo sustentabilidade. Os resultados apontaram que o termo é associado à diferentes ideias, incluindo sobrevivência organizacional, crescimento, rentabilidade, liderança, boas práticas de governança, cumprimento da legislação ambiental e ecoeficiência. O discurso os dirigentes das organizações apresenta como tema central a preocupação com resultados financeiros e está associado ao paradigma antropocêntrico individualista. Diversos pesquisadores têm estudado sobre os benefícios da gestão ambiental para as organizações. Klassen e McLaughlin (1996), por exemplo, estudaram a relação entre prêmios ambientais recebidos e o preço das ações de organizações premiadas. Os resultados revelaram a existência de relação positiva entre essas variáveis e que ações ambientais proativas levam à melhoria da competitividade organizacional quando estão associadas à estratégia da organização e ao processo de produção.

Christmann (2000) e Shrivastava (1995) estudaram o desempenho de estratégias ambientais e concluíram que estas podem contribuir para a vantagem competitiva quando geram redução nos custos e diferenciação competitiva. Gilbert e Birnbaum (1996) revelaram que os pioneiros ambientais tendem a usufruir também de

melhor tecnologia e desempenho organizacional, em função da adoção precoce do posicionamento de sustentabilidade ambiental. Lo e Yeungm (2012) estudaram a importância da questão ambiental nas organizações do setor têxtil e descobriram que o sistema de gestão ambiental tem impacto significativo no desempenho das organizações. Os resultados revelaram também que a produção de artigos têxteis requer elevado consumo de água/energia, emite grande quantidade de poluentes e que a adoção da ISO 14000 tende a gerar redução nos custos operacionais e elevar o retorno sobre vendas.

Christmann (1997) constatou que competências relacionadas à inovação e à capacidade de implementação afetam a relação entre estratégias ambientais e competitividade organizacional; que práticas de gestão ambiental podem contribuir para a obtenção de vantagem competitiva quando as estratégias ambientais estão alinhadas com a estratégia competitiva da organização. Wong *et al* (2012) relevaram também que a prática ambiental dos fornecedores afeta o desempenho dos projetos ambientais das organizações. O estudo de Claver *et al* (2007), no entanto, apontou a possibilidade de relação não positiva entre desempenho organizacional e estratégia ambiental. Segundo esses autores, essa relação depende da prática de gestão ambiental da organização e do desempenho dos projetos ambientais. Segundo Orsato e Leung (2003), o impacto ambiental das organizações pode ser reduzido por meio de estratégias e procedimentos ambientais eficientes e pelo relacionamento com *stakeholders*. Aragón-Correa e Sharma (2003) definem estratégias ambientais como mecanismos de interface entre modelo de negócio e regulamentação ambiental que possibilitam a consecução de objetivos de desenvolvimento sustentável da organização. Para Andrade (1997) a formulação de estratégias ambientais envolve a combinação de recursos internos e externos em busca de benefícios para a organização e o meio ambiente. Segundo Maimon (1996), alguns exemplos de estratégia ambiental são: adaptações organizacionais às exigências ambientais do mercado e à legislação ambiental; emprego de tecnologias de controle da poluição; modificação de características de produtos (ex: embalagem reciclada); adoção de comportamento ambiental proativo, incluindo a questão ambiental no planejamento estratégico da organização.

Itami (1994) reforça que na definição das estratégias ambientais os fatores externos precisam ser considerados, ou seja as variáveis não controláveis que afetam o desempenho da organização (ex: aspectos ligados à clientes, concorrentes, legislação, economia e tecnologia). Andrade (1997) entende que as estratégias ambientais precisam também ser moldadas pelos fatores internos, por aquelas variáveis controláveis do ambiente interno que afetam o desempenho da organização (ex: recursos disponíveis, competências internas e cultura organizacional). Conforme Sanches (2000), a organização pode necessitar modificar alguns aspectos internos antes de adotar determinadas estratégias ambientais. Por exemplo, o reconhecimento da natureza interfuncional dos assuntos ambientais (necessidade de interação entre diferentes áreas funcionais) e a maneira de relacionamento com alguns *stakeholders* (trabalhadores, consumidores, fornecedores, agências governamentais e comunidades).

Estudos realizados por Wong *et al* (2012) investigaram a influência da capacidade de gestão ambiental dos fornecedores sobre a poluição ambiental e desempenho da organização. Os resultados indicam que o resultado da gestão ambiental depende dos fornecedores e que a capacidade de gestão ambiental da organização regula a relação entre fornecedores, processo administrativo e desempenho financeiro. Dahlmann, Brammer e Millington (2008) afirmaram que os assuntos ambientais têm sido cada vez mais incorporados nas discussões e decisões estratégias das organizações. Estudos desenvolvidos por Christmann (1997), Sharma e Vedrenburg (1998) e Orsato e Leung (2003) revelaram que setores de grande impacto ambiental (petrolífero, químico e papel/celulose) são os mais comprometidos com a implementação de estratégias ambientais. Estudo realizado por Ienciu (2010) analisou relatórios ambientais de várias organizações cotadas na Bolsa de Valores de Londres, incluindo os indicadores de impacto ambiental (financeiros e não-financeiras) e a prática de auditoria ambiental. Os resultados apontaram quantidade crescente de organizações européias que julgam importante as questões ambientais, que relatam seus indicadores de desempenho ambiental e que realizam auditoria ambiental. Conforme Cortez (2011), no Japão a contabilidade ambiental e os relatórios ambientais são colocados em prática há mais de uma década, e que o termo sustentabilidade é visto como conservação do meio ambiente.

Kim e Statmann (2011) salientam, no entanto, que algumas corporações tem ainda investido pouco na questão ambiental e que o comportamento dessas organizações é consistente com o interesse dos seus acionistas. Segundo esses autores, tais organizações poderiam melhorar o desempenho financeiro se elevassem seus investimentos ambientais, em consonância com a evolução do desempenho financeiro.

2.3 Linhas de pesquisa relacionadas à gestão ambiental

Há diferentes linhas de pesquisa acadêmica sobre gestão ambiental. Os estudos abordam assuntos como tratamento de mudanças climáticas, benefícios da gestão ambiental, estratégias ambientais, legislação ambiental, auditoria ambiental e linhas de financiamento ambiental. Exemplos de estudos ligados a cada uma das linhas de pesquisa identificadas estão a seguir apresentados.

O trabalho de Trabucchi, Donlan e Wade (2010), por exemplo, investigou a captura e o armazenamento de dióxido de carbono como abordagem no tratamento de mudanças climáticas. O estudo apresenta um quadro analítico de metodologias que podem ser utilizadas para estimar danos ambientais e analisar riscos ambientais com base em modelagem probabilística. O método proposto no estudo ajuda também na avaliação da viabilidade de investimentos em projetos ambientais, na identificação de estratégias de gestão de riscos financeiros e no desenvolvimento de instrumentos de garantia na captura e no armazenamento de dióxido de carbono. Outra linha de pesquisa estuda os benefícios da gestão ambiental, em geral utilizando a Teoria Baseada em Recursos (RBV), a Teoria Institucional, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria Econômica. Essa linha de pesquisa contém vários estudos sobre desempenho financeiro de programas e projetos ambientais, e sobre benefícios da prática de gestão ambiental. Alguns exemplos de estudos nessa linha são os trabalhos de Hart (1995), Porter e Van Der Linde (1995a), Berry e Rondinelli (1998), Aragón-Correa e Sharma (2003) e Epstein e Roy (2003).

Os estudos de Porter e Van Der Linde (1995a, 1995c), Aragón-Correa e Sharma (2003) e Berry e Rondinelli (2008) revelaram que alguns benefícios da gestão ambiental são decorrentes da redução nos custos da não conformidade com a legislação ambiental

e da melhor eficiência no uso de recursos ou insumos organizacionais. Os estudos de Bansal e Bogner (2002), Christmann (2000), Clemens (2005), Hillary (1998, 2000) e Sharma e Vedrenburg (1998), por exemplo, analisaram o relacionamento entre o desempenho financeiro corporativo e a gestão ambiental, e seus resultados revelaram que a prática de gestão ambiental pode atrair consumidores interessados em marcas e produtos ecologicamente corretos. Walker e Wan (2011) examinaram diversas organizações canadenses em setores industriais poluentes e descobriram que ações ambientais substantivas (relevantes) não prejudicam nem beneficiam financeiramente a organização, mas que ações apenas simbólicas (não substantivas) estão relacionadas negativamente com o desempenho financeiro da organização. Já o estudo de Lioui e Sharma (2012) mostrou que essa relação é negativa e estatisticamente significativa, e que os esforços ambientais são geralmente percebidos pelas organizações como custo, não como investimento. Os resultados desse estudo mostraram, no entanto, que esforços ambientais e esforços de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) têm relação positiva e significativa, indicando que a prática de gestão ambiental pode adicionar valor ao processo de P&D da organização.

Outra linha de pesquisa envolve a aplicação de estratégias ambientais, contendo geralmente estudos sobre determinadas estratégias ou sobre o desenvolvimento de tipologias de estratégias, conforme os trabalhos de Sharma e Vedrenburg (1998), Henriques e Sadorsky (1999), Aragón-Correa, Matias-Reche e Senise-Barrio (2004), Orsatto (2006), Rao e Holt (2005) e Green, Morton e News (1998). O estudo de Aguilera-Caracuel *et al* (2011), por exemplo, analisou a padronização das estratégias ambientais em empresas multinacionais e a influência da situação financeira da sede da organização na padronização das práticas ambientais de filiais e sucursais. Os resultados apontam que a distância entre sede e filial/sucursal dificulta a padronização das práticas ambientais e que sedes com nível elevado de lucratividade tendem mais a padronizar as práticas ambientais da organização. Há também linha de pesquisa acadêmica sobre regulamentação e legislação ambiental. O estudo de Rassier e Earnhart (2012), por exemplo, analisou os efeitos da regulamentação ambiental sobre o desempenho financeiro organizacional. Com base em evidências empíricas, o estudo verificou nos Estados Unidos os efeitos da regulamentação da Lei Água Limpa sobre o retorno de

vendas de empresas públicas fabricantes de produtos químicos. Os resultados revelaram que a regulamentação melhora o desempenho financeiro da organização tanto no curto como no longo prazo.

Outra linha de pesquisa acadêmica estuda a prática de auditoria ambiental nas organizações. O trabalho de Ienciu, Cardos e Muller (2010), baseado em pesquisa teórica e em questionários aplicados com auditores financeiros internacionais, revelou que a informação ambiental objetiva pode ser conseguida por meio do processos de auditoria, que apenas pequena porção de contadores e auditores financeiros são efectivamente envolvidos na auditoria ambiental e que a auditoria ambiental requer diferentes tipos de habilidades e trabalho em equipe, incluindo auditores, contadores, engenheiros ou outros especialistas em assuntos ambientais. O estudo apresenta também proposta interessante de modelo de contabilidade ambiental e de auditoria de informações. O estudo desenvolvido por Zamir, Awan e Hasan (2011) apresenta um relatório comparativo de aspectos financeiros e não financeiros nos relatórios de auditoria ambiental. Foram analisados relatórios de 2006 a 2008 de várias organizações e as análises incorporaram relatórios ambientais voluntários e obrigatórios. Os resultados apontam tendência significativa de indicadores ambientais não-financeiros nos relatórios corporativos. A pesquisa de Firoz, Ansari e Aziz (2010) revelou que a globalização financeira, relatórios financeiros internacionais e normas de auditoria estão se tornando instrumentos de integração cada vez mais importantes e ressalta a ligação entre meio ambiente e finanças nas organizações. Essa pesquisa faz também uma avaliação crítica da literatura contábil ambiental contemporânea, examina os parágrafos aplicáveis à *Financial International Reporting Standards* (IFRS) e concluiu que a prática de relatórios financeiros ambientais é crescente nas organizações pesquisadas.

A última linha de pesquisa sobre gestão ambiental identificada trata de financiamentos de programas e projetos ambientais, a qual pertence o presente estudo. A pesquisa de Hoffmann, Silva e Dellagnelo (2009), por exemplo, buscou compreender a influência que os critérios requeridos por fontes financiadoras podem exercer no contexto de organizações culturais sem fins lucrativos. Essa pesquisa longitudinal destacou a história do Erro Grupo de Florianópolis/SC e apresentou o grande distanciamento dos propósitos iniciais da organização ao longo da sua trajetória em

função das ações para captação de recursos junto à fontes de financiamento. Outro exemplo é o estudo de Nascimento (2007), que buscou averiguar em que medida há atividades nas instituições bancárias com relação a possíveis impactos ambientais causados por novos empreendimentos. Os resultados desse estudo revelaram que há mais ações de marketing por parte das instituições do que ações efetivas ligadas ao Protocolo Verde ou aos Princípios do Equador, embora reconheça que muitos bancos melhoraram em relação à forma como tratam o tema sustentabilidade ambiental.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é classificado como exploratório e de abordagem qualitativa (MINAYO, 2010). Ele tem como objeto de estudo 09 (nove) instituições bancárias que atuam no mercado nacional (Banco Bradesco, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco HSBC, Banco Itaú, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Santander e Caixa Econômica Federal). Essas instituições foram selecionadas porque constam na listagem dos maiores bancos (em ativo total) do Banco Central do Brasil, em agosto/2013 (BCB, 2013), são organizações de natureza pública ou privada e que aderiram ao Protocolo Verde, o acordo que prevê compromissos de adoção de políticas e práticas bancárias de financiamento do desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Conforme o referido protocolo, as instituições signatárias se comprometem a estabelecer linhas de crédito e programas com condições diferenciadas de financiamento e estimular a criação de facilidades creditícias para negócios que buscam implantar processos de SGA (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 14001 (SEBRAE, 2012).

O estudo envolveu principalmente a coleta de dados secundários e o emprego do método análise de documentos eletrônicos e impressos. Esse processo de coleta compreendeu a consulta de web/sites corporativos das instituições bancárias, a busca de documentos publicados em sites de busca da Internet (www.google.com, www.yahoo.com e www.search.msn.com). Em alguns casos, houve também a coleta de dados por meio de e-mail e/ou telefone para obtenção de dados complementares ou esclarecimentos de informações junto às áreas de marketing e serviços ao cliente das

instituições bancárias investigadas. As fontes documentais de informações foram: editais, comunicados institucionais, informativos, relatórios, projetos financiados, e-mails e o próprio web/site corporativo das organizações. Na coleta de dados foi empregado instrumento de coleta denominado Ficha de Registro de Dados Secundários, elaborado previamente contendo orientações sobre dados/informações necessários com base nos objetivos específicos do estudo. Esses dados solicitados dizem respeito as fontes e linhas de financiamento e estão descritos no Quadro 1.

Quadro 1: Variáveis e categorias de dados analisados

DIMENSÕES	CATEGORIAS
Fontes de financiamento	Nome do banco/instituição e endereço/site
Linhas de financiamento reembolsáveis	Nome da linha, público-alvo, objetivos/finalidade, itens ambientais financiáveis, nível de participação, prazo de financiamento, taxa de juros, período de carência e forma de pagamento.

Fonte: elaborado pelos autores

Na análise de dados foi empregado o método análise de conteúdo com a categorização temática dos dados coletados, como recomenda Flick (2009). A categorização temática envolveu a fragmentação, classificação e agrupamento dos dados coletados em categorias e variáveis a serem analisadas, as quais foram definidas previamente, com base no referencial teórico, e durante o processo de análise, com base nos dados coletados. A análise de conteúdo compreendeu o exame sistemático dos documentos e materiais obtidos, a leitura flutuante do conteúdo e o agrupamento dos dados em categorias e variáveis, observando os critérios de pertinência e produtividade. O **Quadro 1** contém as categorias e variáveis de dados analisados.

4 RESULTADOS DE FONTES E FINANCIAMENTOS REEMBOLSÁVEIS

A coleta de dados buscou identificar os principais bancos em nível nacional provedores de linhas de financiamento para projetos ambientais e levantar as principais linhas de financiamento reembolsáveis disponíveis, com suas respectivas condições de financiamento. Os resultados da coleta revelaram, de início, a existência de 24 linhas de

financiamento, mas 07 delas apresentaram pouquíssimos dados/informações sobre condições de funcionamento, mesmo depois dos contatos adicionais com as instituições bancárias, supostamente linhas de financiamento ainda pouco estruturadas ou não integralmente implementadas pela instituição. Assim, abaixo contêm as 17 linhas de financiamento direcionadas para projetos ambientais cujos dados/informações foram mais amplamente disponibilizados, as quais estão agrupadas por fonte de financiamento e segundo ordem alfabética das instituições bancárias pesquisadas.

4.1 FONTE: BANCO BRADESCO S/A (WWW.BRADESCO.COM.BR)

a) Linha CDC Aquecedores Solares. Público-alvo: empresa correntista Bradesco com projetos para aquisição de aquecedores solares. Finalidade: contribuir com a preservação do meio ambiente no país. Itens financiáveis: equipamentos e serviços de instalação de aquecedores solares. Nível de participação: até 70% do valor do projeto, mas requer garantia de avalista ou nota promissória. Prazo de financiamento: até 48 meses. Custo: taxa de juros em torno de 1,87% ao mês para financiamento de 1 a 12 meses; 1,97% ao mês para 13 a 48 meses; IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre o valor das parcelas. Período de carência: 15 a 59 dias para pagamento da primeira parcela. Forma de pagamento: parcelado, débito automático em conta-corrente e com possibilidade de antecipação ou liquidação da operação pelo Internet Banking.

b) Linha Leasing Ambiental. Público-alvo: empresa correntista Bradesco com projetos de preservação do meio ambiente ou projeto de adequação socioambiental. Finalidade: contribuir para o desenvolvimento socioambiental do país. Itens financiáveis: bens e equipamentos destinados ao tratamento/reuso de água, geração de energia renovável, tratamento de ar/resíduos e outros bens que contribuam para o desenvolvimento social e para a preservação do meio ambiente. Nível de participação: entrada mínima de 30% do valor do projeto; o banco compra o equipamento e disponibiliza para uso por meio de contrato de arrendamento mercantil, com possibilidade do equipamento ficar com cliente, ser devolvido ou o contrato renovado; requer garantia de avalista ou nota promissória. Prazo de financiamento: de

36 a 60 meses. Custo: no caso de 1 a 12 meses, tarifa de 2% sobre o valor do contrato e juros de 1,87% ao mês; no caso de 13 a 48 meses, juros de 1,97% ao mês. Período de carência: 30 dias para pagamento da primeira parcela. Forma de pagamento: parcelado, com possibilidade de antecipação ou liquidação de pagamentos pelo Internet Banking.

c) Linha CDC Certificado Florestal. Público-alvo: pessoa jurídica correntista Bradesco e com projeto de desenvolvimento socioambiental. Finalidade: fomentar o desenvolvimento social, a preservação do meio ambiente e a obtenção da certificação florestal (selo para produtos com madeira de florestas certificadas). Itens financiáveis: serviços firmados com instituto certificador credenciado, aquisição de bens ou serviços envolvidos no projeto de desenvolvimento social, de preservação do meio ambiente ou de certificação florestal. Nível de participação: até 70% do valor financiado, mas requer garantia de avalista ou nota promissória. Prazo de financiamento: até 48 meses. Custo: juros de 1,97% ao mês e IOF sobre o valor das parcelas. Período de carência: de 15 a 59 dias para pagamento da primeira parcela. Forma de pagamento: parcelado, com débito automático em conta, com possibilidade de antecipação ou liquidação de pagamentos pelo Internet Banking.

4.2 FONTE: BANCO DA AMAZÔNIA (WWW.BASA.COM.BR)

a) Linha Biodiversidade Uso Alternativo do Solo. Público-alvo: empreendimento rural na Amazônia com projeto de uso racional de recursos naturais e com boas práticas de manejo florestal sustentável. Finalidade: contribuir para a manutenção e recuperação da biodiversidade da Amazônia. Itens financiáveis: implantação, ampliação, modernização, reforma e realocação de empreendimentos com projetos de manejo florestal, reflorestamento, sistemas agroflorestais, sistemas silvipastoris, cadeia produtiva florestal, serviços ambientais, fauna silvestre, plantas medicinais/aromáticas, óleos essenciais, recursos hídricos e preservação ou recuperação de mananciais. Nível de participação: varia conforme o porte do beneficiário, sendo de 70 a 100% para investimento fixo e de R\$160 mil a R\$7,5 milhões para custeio e comercialização. Prazo de financiamento: até 12 anos para investimento fixo ou misto; até 10 anos investimento semifixo; até 2 anos para custeio e comercialização. Custo: no caso de financiamento

fixo, juros de 4,12% a.a. independente do porte do beneficiário; nas operações de custeio ou comercialização, juros de 5% a 8,5% a.a. conforme o porte do beneficiário. Período de carência: até 6 anos. Forma de pagamento: sem incidência de bônus de adimplência.

b) Linha Biodiversidade Reserva Legal/APP. Público-alvo: empreendimento em propriedade rural na Amazônia voltado para regularização e recuperação de reserva legal ou áreas de preservação permanente degradadas. Finalidade: apoiar a regularização e recuperação de reserva legal e áreas de preservação permanente mediante alternativas de uso econômico sustentável da terra. Itens financiáveis: projetos de reflorestamento para a recuperação de reserva legal ou de área de preservação permanente aprovados pelo órgão ambiental e que apresentem viabilidade; sistemas agroflorestais e atividades cujos sistemas de produção sejam em bases sustentáveis. Nível de participação: varia conforme o porte do beneficiário, sendo de 70 a 100% para investimento fixo; de R\$160 mil a R\$7,5 milhões para custeio e comercialização. Prazo de financiamento: até 12 anos para investimento fixo ou misto, até 10 anos para investimento semifixo e até 2 anos para custeio e comercialização. Custo: no caso de financiamento fixo, juros de 4,12% a.a independente do porte do beneficiário; nas operações de custeio isolado e comercialização, juros de 4% ao ano. Período de carência: até 6 anos. Forma de pagamento: parcelado e sem incidência de bônus de adimplência.

c) Linha Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROPFLORA). Público-alvo: produtor rural, pessoa jurídica, associações e cooperativas da Amazônia. Finalidade: apoiar na implantação e manutenção de florestas destinadas ao uso industrial; na recomposição e manutenção de áreas de preservação; na implantação e manutenção de espécies florestais destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas. Itens financiáveis: investimentos fixos, semifixos e custeio associado aos projetos. Nível de participação: até 100% do valor do projeto, limitado à R\$ 150.000,00; participação limitada a 35% no caso de gastos com manutenção no segundo, terceiro e quarto anos de operação. Prazo de financiamento: até 144 meses, sendo as parceladas liberadas de acordo com as fases de preparação, plantio e manutenção do cultivo. Custo: juros de 8,75% ao ano. Período de carência: em projetos de florestas de uso industrial, carência definida com base na data do primeiro corte acrescida de 6

meses (limitada a 96 meses); em projetos de áreas de preservação e reserva florestal, carência de 12 meses. Forma de pagamento: parcelado e sem incidência de bônus de adimplência.

4.3 FONTE: BANCO DO BRASIL (WWW.BB.COM.BR)

a) Linha BB Giro APL. Público-alvo: micro e pequena empresa pertencente a algum Arranjo Produtivo Local (APL) no Brasil, preferencialmente empresa com faturamento bruto anual até R\$ 2,4 milhões. Finalidade: incentivar o empreendedorismo coletivo, promover a competitividade empresarial, estimular a geração de trabalho/renda e fomentar o desenvolvimento regional. Itens financiáveis: capital de giro. Nível de participação: 100%. Prazo de financiamento: até 24 meses. Custo: juros a partir da TR + 1,65% ao mês. Período de carência: até 6 meses para o pagamento da primeira parcela. Forma de pagamento: parcelado e com data-base de pagamento escolhida pelo beneficiário.

b) Linha Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO Empresarial). Público-alvo: pessoa jurídica de direito privado atuante nos setores comércio e serviços da região Centro-Oeste do Brasil; excepcionalmente, revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos. Finalidade: promover o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste do país. Itens financiáveis: bens e serviços relacionados à implantação, ampliação, modernização ou adequação ambiental e sanitária do empreendimento; capital de giro associado à aquisição de matéria-prima; investimentos para adequação ambiental de instalações existentes. Nível de participação: no caso de investimento e capital de giro, até 100% do projeto; nos demais casos, até 30% do projeto, sendo recursos financiáveis de R\$ 60 mil a R\$ 90 milhões; requer garantia de fundo de aval, pessoais ou bens financiados. Prazo de financiamento: definido conforme enquadramento do projeto e no máximo até 20 anos. Custo: juros de 6,75% a 10% ao ano, variando conforme o porte do empreendimento. Período de carência: de 1 a 5 anos, conforme enquadramento do projeto. Forma de pagamento: parcelado, com possibilidade de redução de 15% nos juros se pagamento efetuado até a data-base negociada.

4.4 FONTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (WWW.BNB.GOV.BR)

a) Linha Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental. Público-alvo: produtor e empresa rural, do setor industrial, agroindustrial, comercial, serviços, cooperativas e associações na região Nordeste do Brasil. Finalidade: promover o desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que promovam a preservação, conservação, controle ou recuperação do meio ambiente. Itens financiáveis: investimentos em custeio, capital de giro, aquisição isolada de matérias-primas; beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas; manejo florestal sustentável; sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta; iniciativas que contribuam para redução da emissão de gases; recuperação de áreas degradadas; aproveitamento econômico de resíduos da produção, beneficiamento e industrialização da madeira; geração de energia elétrica ou térmica a partir de fontes renováveis; planejamento e gestão da sustentabilidade ambiental; adequação do empreendimento às exigências da vigilância sanitária. Nível de participação: de 90 a 100%, no caso de empreendimento de pequeno porte; de 80 a 95% para médio porte; de 70 a 90% para grande porte. Prazo de financiamento: até 12 anos para investimento fixo/misto, até 8 anos para investimento semifixo e até 24 meses para aquisição isolada de matérias-primas. Custo: no caso de investimento e capital de giro, juros de 4,12% independente do porte da empresa; no caso de operações de giro, custeio isolado e comercialização, juros de 6,75% a.a. para microempresa, 8,25% a.a. para pequena empresa, 9,5% a.a. para média empresa e 10% a.a. para grande empresa. Período de carência: até 4 anos para investimentos fixos e mistos; até 3 anos para investimentos semifixos; até 6 meses para aquisição isolada de matéria-prima. Forma de pagamento: parcelado, com periodicidade mensal e incidência de bônus de adimplência de 15% nos juros de investimento e capital de giro.

4.5 FONTE: BANCO ITAÚ S.A. (WWW.ITAUCOM.BR)

a) Linha Capital de Giro Socioambiental e COMPROR. Público-alvo: empresa de

médio porte com projeto de desenvolvimento sustentável e envolvendo aquisição de bens ou serviços com foco na preservação do meio ambiente. Finalidade: financiar projetos que gerem melhorias socioambientais no país. Itens financiáveis: filtros para gases tóxicos, sistema de reaproveitamento de água, estação de tratamento de resíduos poluentes e obtenção de Certificação ISO 14001. Nível de participação: conforme enquadramento do projeto, análise de crédito e avaliação da atuação socioambiental do beneficiário. Prazo de financiamento: até 24 meses. Taxa de juros: não informada. Período de carência: não informado. Forma de pagamento: parcelado, mensal e com débito em conta-corrente ou boleto bancário.

4.6 FONTE: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (WWW.BNDES.GOV.BR)

a) Linha Apoio a Investimentos em Meio Ambiente. Público-alvo: pessoa jurídica de direito público, empresas, associações e fundações com sede e administração no Brasil, de controle nacional ou estrangeiro. Finalidade: apoiar investimentos em ecoeficiência, racionalização do uso de recursos naturais, mecanismo de desenvolvimento limpo, recuperação/conservação de ecossistemas e sistemas de gestão/recuperação de passivos ambientais. Itens financiáveis: projetos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, comerciais, domiciliares e hospitalares; redução do uso de recursos hídricos; redução do consumo de energia na produção de bens e prestação de serviços; substituição de combustíveis de origem fóssil por fontes renováveis; aumento da reciclagem de materiais; utilização de tecnologias mais limpas; recuperação de áreas degradadas, mineradas ou contaminadas; formação, recuperação, manutenção, preservação, monitoramento e compensação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente; sistemas de gestão ambiental; certificações ambientais; estudos de impacto ambiental. Nível de participação: 80% dos itens financiáveis, sendo valor mínimo R\$ 10 milhões. Prazo de financiamento: conforme a capacidade de pagamento do empreendimento. Custo: TJLP (custo financeiro), remuneração básica do BNDES de 0,9% a.a., taxa de risco de crédito de até 4,18% a.a. e taxa de intermediação financeira de 0,5% ao ano - isenta para MPMEs. A taxa de

intermediação financeira varia conforme negociação entre instituição intermediária e beneficiário. Período de carência: até 6 meses após a entrada em operação comercial do empreendimento financiado. Forma de pagamento: parcelas mensais de amortização mais juros incidente sobre o saldo devedor da operação.

b) Linha Projetos de Eficiência Energética (PROESCO). Público-alvo: empresa de serviços de conservação de energia; empresa de geração, transmissão e distribuição de energia. Finalidade: promover a eficiência energética no Brasil por intermédio de projetos de combate ao desperdício e de racionalização do uso da energia. Itens financiáveis: gastos com estudos, obras, instalações, máquinas/equipamentos, serviços técnicos especializados e sistemas de informação, monitoramento, controle e fiscalização. Nível de participação: até 90% dos itens financiáveis; no caso de operação indireta, o agente financeiro assume integralmente o risco de crédito. Financiamentos de máquinas e equipamentos importados estão limitados a R\$ 20 milhões. Prazo de financiamento: até 72 meses. Custo: TJLP (custo financeiro), 1% a.a. (remuneração básica do BNDES), até 4,18% a.a. (taxa de risco de crédito, conforme risco do Beneficiário), 0,5% a.a. (taxa de intermediação financeira); taxa de intermediação financeira varia conforme negociação entre instituição intermediária e beneficiário, mas limitada a 4% ao ano. Período de carência: até 24 meses. Forma de pagamento: parcelas mensais de amortização mais juros incidente sobre o saldo devedor da operação.

4.7 FONTE: BANCO SANTANDER (WWW.SANTANDER.COM.BR)

a) Linha CDC Sustentável. Público-alvo: empresa correntista do Santander, de porte pequeno-médio ou do segmento *corporate* (empresa com faturamento bruto acima de R\$ 80 milhões/ano) interessada em adquirir equipamentos que possibilitem redução no consumo de energia ou água. Finalidade: financiar equipamentos que promovam eficiência no consumo de energia ou água. Itens financiáveis: aquecedor solar, painel fotovoltaico, lâmpadas eficientes (LED, LFT, LFC), equipamentos de ventilação, equipamentos de refrigeração e resfriamento com selo Procel; estações de tratamento de água/esgoto, cisterna para captação de água de chuva, equipamentos de controle de vazão, válvulas para caixa de descarga, sistemas de acionamento à vácuo,

torneiras e mictórios com acionamento do pressão; estação de tratamento de efluentes, máquinas e equipamentos para reciclar resíduos. Nível de participação: até 100% do projeto, mas para valor mínimo de R\$ 5.000,00. Prazo de financiamento: de 02 a 36 meses. Taxa de juros: não informado. Período de carência: até 6 meses. Forma de pagamento: parcelas mensais com débito em conta e data-base definida pelo beneficiário.

b) Linha Giro Sustentável. Público-alvo: empresa correntista do Santander, de porte pequeno-médio ou do segmento *corporate* (empresa com faturamento bruto acima de R\$ 80 milhões/ano) interessada em investir em negócios de forma sustentável. Finalidade: crédito para obras, projetos, consultorias e certificações para obtenção de eficiência no consumo de energia, água ou esgoto. Itens financiáveis: equipamentos, instalação de estações de captação ou tratamento de água/esgoto; melhoria no sistema hidráulico; consultoria para processos produtivos; implantação de sistema de gestão ambiental e certificações; processos de licenciamento ambiental. Nível de participação: até 100% conforme valor do financiamento e garantia disponível, mas para valor mínimo de R\$ 2.500,00. Prazo de financiamento: entre 02 e 60 meses. Taxa de juros: não informada. Período de carência: até 2 meses. Forma de pagamento: débito em conta corrente e possibilidade de pagamento ao final, modular e parcelamento mensal.

c) Linha CDC Eficiência Energética de Equipamentos. empresa correntista do Santander, de porte pequeno-médio ou do segmento *corporate* com projeto que viabilize soluções socioambientais. Finalidade: viabilizar a aquisição de equipamentos e serviços que utilizem energias alternativas obtidas de fontes naturais e promover o uso eficiente de energia vinda de meios convencionais. Itens financiáveis: equipamentos de geração de energia a partir de fontes renováveis; sistemas termicamente eficientes e substituição de lâmpadas e equipamentos por recursos mais eficientes. Nível de participação: até 90% do valor do financiamento. Prazo de financiamento: até 48 meses. Taxa de juros: não informada. Período de carência: até 6 meses. Forma de pagamento: parcelas mensais, débito em conta corrente e possibilidade de escolha da data-base de vencimento pelo beneficiário.

d) Linha CDC Produção e Processos Mais Limpos. Público-alvo: empresa correntista do Santander, de porte pequeno-médio ou do segmento *corporate* com

projeto que viabilize soluções socioambientais. Finalidade: financiar a aquisição de equipamentos que melhorem o desempenho socioambiental das empresas, incluindo equipamentos para adequação à legislação ambiental e otimização no uso de matérias-primas e recursos naturais. Itens financiáveis: estações de tratamento de efluentes, sistemas para reutilização de água, equipamentos para reciclagem e reutilização de materiais, equipamentos para redução da emissão de gases poluentes. Nível de participação: até 90% do valor do financiamento. Prazo de financiamento: até 48 meses. Taxa de juros: não informada. Período de carência: até 6 meses. Forma de pagamento: parcelas mensais, débito em conta corrente e possibilidade de escolha da data-base de vencimento pelo beneficiário.

4.8 FONTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (WWW14.CAIXA.GOV.BR)

a) Linha Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Público-alvo: Estados, Municípios, Distrito Federal, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias privadas de serviço público de saneamento básico e empresas privadas organizadas na forma de consórcio societário legalmente autorizadas para manejo de resíduos sólidos urbanos, com foco na geração e comercialização de crédito carbono. Finalidade: em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), melhorar o tratamento e a eliminação de resíduos no Brasil; favorecer o fechamento de depósitos a céu aberto ou a implementação de aterros sanitários modernos; melhorar as práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos; aumentar a participação do setor privado na prestação do serviço de controle de resíduos e fortalecer a capacidade de gestão de projetos de financiamento de carbono. Itens financiáveis: infraestrutura para tratamento e disposição final de resíduos sólidos e serviços de assistência técnica, fortalecimento institucional e gestão de projetos relacionados à captura de gás em aterro sanitário, tratamento de dejetos, reaproveitamento de biogás, troca de combustível, geração de energia de fontes renováveis; florestamento e reflorestamento em áreas degradadas por projetos de MDL; serviços de análise de viabilidade técnica para projetos de estruturação da operação e comercialização de créditos gerados. Nível de participação: a ser definida; garantia

requerida na forma de seguros de conclusão de obra, penhor de direitos creditórios, cessão de direitos, penhor de recebíveis, aval/fiança de acionistas, fundos de liquidez ou fiança bancária. No caso do setor público, requer o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a apresentação da aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Prazo de financiamento: até 228 meses. Custo: Libor (*London Interbank Offered Rate*) acrescida de *spread* fixo a ser definido (diferença entre preços de compra e venda) e comissão de abertura de crédito correspondente à 0,25% do valor do empréstimo. Período de carência: até 48 meses. Forma de pagamento: prestações semestrais, devidas nos dias 15/abril e 15/outubro, sendo o vencimento da primeira parcela na 9ª data de pagamento de juros após valor desembolsado e a última na 38ª data de pagamento de juros. Cada parcela equivale a 3,33% do valor desembolsado (última parcela equivalente ao saldo remanescente). Contrato celebrado em dólar com contravalor em moeda nacional calculado conforme taxa de câmbio da data da conversão.

4.9 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados apontam a existência de diversas linhas de financiamento de projetos ambientais e que a gestão ambiental das organizações tem recebido atenção da maioria das instituições bancárias pesquisadas. Há linhas de financiamento para empresas de diferentes tamanhos, ramos de atividade, localizações, origens de capital (nacional e estrangeiro) e natureza de capital (públicas e privadas). Há também linhas de financiamento direcionadas para diferentes finalidades de aplicação na área ambiental, incluindo tratamento de resíduos, obtenção de certificação florestal, eficiência no consumo de energia e comercialização de crédito carbono. As linhas de financiamento analisadas são oferecidas por bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento e caixa econômica.

Os resultados das análises realizadas revelaram a existência de linhas de financiamento atraentes para determinados públicos-alvo e finalidades de aplicação. Em função do público-alvo, 07 linhas de financiamento foram identificadas. No caso de empreendimentos, associações e cooperativas rurais localizados na Amazônia, linhas de

financiamento atraentes são Biodiversidade Uso Alternativo do Solo e Biodiversidade Reserva Legal/APP, ambas do Banco da Amazônia. Essas linhas oferecem prazos de financiamento relativamente longos (até 12 anos para investimento fixo/misto, 10 anos para investimento semifixo e 2 anos para custeio/comercialização), período de carência de até 6 anos, possibilidade de financiamento de 70 a 100% do projeto e custo relativamente baixo (juros de 4,12% a.a. para investimentos e de 4 a 8,5% a.a. para custeio/comercialização).

No caso de empresas de micro e pequeno portes integrantes de APL (Arranjos Produtivos Locais), linha de financiamento atraente é BB Giro APL do Banco do Brasil, pois oferece prazo de financiamento de até 2 anos, período de carência de até 6 meses, possibilidade de financiamento de até 100% do projeto e custo de TR + 1,65% ao mês. Para empreendimentos comerciais e de serviços localizados na região Centro-Oeste do Brasil, linha de financiamento atraente é CFO Empresarial do Banco do Brasil, que oferece prazo de financiamento de até 20 anos, carência de 1 a 5 anos, possibilidade de financiamento de até 100% do projeto (para investimentos e capital de giro) e custo de 6,75 a 10% ao ano.

Empresas e produtores rurais localizados na região Nordeste do Brasil tem como linha de financiamento atraente o Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental do Banco do Nordeste do Brasil. Essa linha oferece prazo de financiamento relativamente longo (até 12 anos para investimento fixo/misto, 8 anos para investimento semifixo e 2 anos para insumos), elevado período de carência (até 4 anos para investimento fixo/misto, 3 anos para investimento semifixo e 6 meses para insumos), possibilidade de financiamento conforme o porte do empreendimento (90 a 100% para pequena empresa, 80 a 95% para média empresa e 70 a 90% para grande empresa) e custo relativamente baixo para investimento/capital de giro (juros de 4,12% a.a.). Para empresas de médio e grande porte, de capital nacional ou estrangeiro, linha de financiamento atraente é Apoio a Investimentos em Meio Ambiente do BNDES, pois oferece prazo de financiamento flexível conforme capacidade de pagamento, carência de até 6 meses, possibilidade de financiamento de até 80% do projeto e custo menor que o de bancos privados (taxa de juros TJLP + 0,9% a.a., taxa de risco até 4,18% a.a. e taxa de intermediação financeira até 0,5% a.a., quando necessária).

No caso de empresas de geração, transmissão, distribuição e conservação de energia, linha de financiamento atraente é Projetos de Eficiência Energética do BNDES, pois oferece prazo de financiamento de até 6 anos, carência de até 2 anos, possibilidade de financiamento de até 90% do projeto e custo menor que o de bancos privados (taxa de juros TJLP + 1% a.a., taxa de risco até 4,18% a.a. e taxa de intermediação financeira até 0,5% a.a., quando necessária). Para estados, municípios, Distrito Federal, empresas públicas e sociedades de economia mista, linha de financiamento atraente é Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Caixa Econômica Federal, pois esta oferece prazo de financiamento longo (até 19 anos), período de carência de até 4 anos e custo de Libor + *spread* fixo + 0,25% fixo (comissão de abertura). Para efeito de referência, em novembro/2013 a taxa média Libor USD para 12 meses foi 0,695%.

Com base na finalidade de aplicação, 04 linhas de financiamento atraentes foram identificadas. No caso de projetos de equipamentos para eficiência no consumo de energia, linha de financiamento atraente é CDC Aquecedores Solares do Banco Bradesco, a qual oferece prazo de financiamento de até 48 meses, carência de 15 a 59 dias, possibilidade de financiamento de até 70% do valor dos equipamentos e juros de 1,87% a 1,97% ao mês. No caso de projetos para tratamento de água, ar ou resíduos, linha atraente é a Leasing Ambiental do Banco Bradesco, que oferece prazo de financiamento de 36 a 60 meses, carência de até 30 dias, entrada mínima de 30% e juros de 1,87 a 1,97% ao mês (além da tarifa de 2% fixo). Para obtenção de certificação florestal, linha atraente é a CDC Certificado Florestal do Banco do Brasil, que oferece prazo de financiamento de até 48 meses, carência de 15 a 59 dias, possibilidade de financiamento de até 70% do projeto e juros de 1,97% ao mês. No caso de comercialização de crédito carbono, linha atraente é Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Caixa Econômica Federal, que oferece financiamento de longo prazo (até 19 anos), carência de até 4 anos e custo de Libor + *spread* fixo + 0,25% fixo (comissão de abertura).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as principais fontes e linhas de financiamento reembolsáveis para projetos ambientais disponíveis no setor bancário nacional. Para tanto, os principais bancos de natureza público-privada provedores de linhas de financiamento foram identificados; as principais linhas de financiamento e suas respectivas condições de financiamento (público-alvo, finalidade, itens financiados, prazos e custos) foram analisadas; as linhas de financiamento atraentes em função do público-alvo e da finalidade de aplicação foram apontadas. Os resultados revelaram que a maioria das instituições financeiras pesquisadas oferece linhas de financiamento reembolsáveis para projetos ambientais, algumas provenientes de instituições de natureza pública ou privada, de banco dos segmentos comercial, de investimento, de desenvolvimento e caixa econômica. Essas instituições financeiras são, por ordem alfabética: Banco Bradesco, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco HSBC, Banco Itaú, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Santander e Caixa Econômica Federal. A análise dos dados revelou a existência de 17 linhas de financiamento direcionadas para diferentes públicos-alvo (organizações de diferentes tamanhos, ramos de atividade, localizações, origens de capital e natureza de capital) e finalidades de aplicação (ex: tratamento de resíduos, obtenção de certificação florestal, eficiência no consumo de energia e comercialização de crédito carbono).

Em função da finalidade de aplicação, as linhas de financiamento mais atraentes são: CDC Aquecedores Solares, Leasing Ambiental, CDC Certificado Florestal (Bradesco), CDC Sustentável (Santander) e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (Caixa Econômica Federal). Em função do público-alvo, há linhas de financiamento atraentes para empreendimento rural, associação e cooperativa na região Amazônia (Biodiversidade Uso Alternativo do Solo e Biodiversidade Reserva Legal/APP), empresa de micro e pequeno porte APL (BB Giro APL), comércio e serviços na região Centro-Oeste (CFO Empresarial), empresa e produtor rural da região Nordeste do Brasil (Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental), empresa de médio e grande porte com controle nacional ou estrangeiro (Apoio a Investimentos em Meio Ambiente), empresa de geração, transmissão, distribuição e conservação de energia (Projeto de

Eficiência Energética) e estados, municípios, Distrito Federal, empresas públicas e sociedades de economia mista (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

A realização deste estudo proporcionou contribuições teóricas e práticas. Do ponto de vista teórico, o estudo permitiu a ampliação do conhecimento acadêmico sobre linhas de financiamento reembolsáveis para projetos ambientais disponíveis junto ao setor bancário, uma temática com carência de estudos conforme Érica (2007), Souza (2005) e Nascimento (2007). Os resultados do estudo contêm evidências que auxiliam na confirmação das afirmações de Érica (2007), Vasconcelos (2011) e Jagher, Costa e Costa (2012), quando mencionam a existência no mercado brasileiro de diversas instituições financeiras com políticas de sustentabilidade ambiental na concessão de créditos e com linhas de financiamento dedicadas ao meio ambiente. O estudo contribuiu também para a identificação de direcionamentos para futuros estudos acadêmicos e para estimular a ampliação de pesquisas sobre o tema. Do ponto de vista prático, este estudo contribuiu para que organizações com necessidades ambientais, principalmente aquelas de capital de giro mais limitado ou capacidade de investimento reduzida, possam conhecer as linhas de financiamento reembolsáveis mais atraentes em função do público-alvo e da finalidade de aplicação.

Algumas limitações deste estudo devem ser consideradas quando da utilização dos seus resultados. O tamanho da amostra é reduzido e os elementos amostrais são apenas grandes instituições bancárias do mercado nacional que aderiram ao Protocolo Verde. Há também outras linhas de financiamento ambientais que não foram apresentadas nos resultados do estudo porque dados relevantes não foram disponibilizados pelas instituições pesquisadas. Além disso, como o estudo contém principalmente dados coletados por meio de fontes secundárias e disponíveis ao público, apenas algumas variáveis relevantes foram utilizadas na avaliação da atratividade das linhas de financiamento (nível de participação, prazo de financiamento, período de carência e custo do financiamento). Como direcionamento para futuros estudos acadêmicos, recomenda-se a realização de pesquisas com amostra mais ampla ou envolvendo instituições bancárias de médio porte e não signatárias do Protocolo Verde. Outro estudo recomendado é a coleta de dados primários com gestores de contas e responsáveis por políticas ambientais das instituições bancárias, buscando obter

maior detalhamento das variáveis estudadas e ampliar o conhecimento acadêmico sobre variáveis relacionadas ao processo de operacionalização dos financiamentos. Há também necessidade de levantamento da opinião dos clientes-alvo (organizações públicas e privadas) sobre as linhas de financiamentos ambientais identificadas e sobre o desempenho das fontes de financiamento. Estudos longitudinais poderiam também ser realizados para verificar a evolução da oferta de linhas de financiamento ambientais pelos bancos desde a assinatura do Protocolo Verde ou para avaliar a evolução da política de sustentabilidade do setor bancário.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA-CARACUEL, J.; ARAGÓN-CORREA, J. A; HURTADO-TORRES, N. E.; DE LA TORRE-RUIZ, J. M. Why do firms become green? the influence of internationalization on the environmental strategy. **Academy of Management Proceedings**. 2011.
- ANDRADE, A. R. de. A formulação de estratégias a partir da teoria de recursos e capacidades. **Revista de Negócios**. v.2. n.3 abr.-jun.1997.
- ARAGÓN-CORREIA, J.; SHARMA, S. A contingent resource-based view of proactive corporate environmental strategy. **Academy of Management Review**. vol. 28. n.1. p. 71-98. 2003.
- ARAGÓN-CORREA, J.; MATIAS-RECHE, F.; SENISE-BARRIO, M. E. Managerial discretion and corporate commitment to the natural environment. **Journal of Business Research**. n. l. 57. n.9. p. 964-975.2004.
- BANSAL, P.; BOGNER, W. C. Deciding on ISO 14.001: economics, institutions and context. **Long Range Planning**. vol. 35. p.269-290. 2002.
- BAUMSTAT, A. Environmental management in Europe: results of the European Business Environmental barometer 1997/98. **IWO e Discussion Paper n.79**. St. Gallen, S. 1-45 available from: [http://www.iwoe.unisg.ch/org/iwo/web.nsf/syswebressources/db79/\\$FILE/db79pdf](http://www.iwoe.unisg.ch/org/iwo/web.nsf/syswebressources/db79/$FILE/db79pdf) >. 1997.
- BCB. Banco Central do Brasil. Relatório dos 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. disponível em <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/ArquivoZip.asp>. Acesso em 09/jan/2013

BERRY, M. A.; RONDINELLI, D. A. Proactive corporate environmental management: a new industrial revolution. **Academy of management executive**. v.12. n.2. p. 38-50, 1998.

BERRY, M. A; RONDINELLI, D. A. Proactive corporate environmental management: a new industrial revolution. **Academy of Management Executive**, v. 12, n. 2, 1998.

BIONDI, V.; FREY, M.; IRALDO, F. Environmental management system and SMEs: motivations, opportunities and barriers related to EMAS and ISO 14.001 implementation. **Greener Management International**. v.29. p.55-69, 2000.

BUCHHOLZ, R. A. **Business environment and public policy**: implications for management and strategy. 4. ed. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, p. 466-7.1992.
CALIARI, Aldo. Comércio, investimento, financiamento e direitos humanos: avaliação e estratégia. **SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 6. n.11. Dez. 2009. p.154-173.

CHRISTMANN, P. Environmental strategies of multinational companies: determinants and effects of competitive advantage. Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree doctor of Philosophy in Management. University of California. Los Angeles. 1997.

CHRISTMANN, P. Effects of best practices of environmental management on cost advantage: The role of complementary assets. **Academy of Management Journal**, 43(4): 663-680, 2000.

CLAVER, E., LOPEZ, M.D., MOLINA, J.F., TARI, J.J., Environmental management and firm performance: a case study. **Journal of Environmental Management** 84, p. 606-619, 2007.

CLEMENS, B. Economic incentives and small firms. Does it pay to be green? **Journal of business research**. v.59, pp.492-500, 2005.

CORAZZA, R. I. Gestão ambiental e mudança na estrutura organizacional. **Revista de Administração de Empresas (RAE-Eletrônica)**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2003.

CORTEZ, Michael Angelo A. Do markets care about social and environmental performance? evidence from the Tokyo stock exchange. **Journal of International Business Research**, v. 10, Special Issue, n. 2, 2011.

DAHLMANN, Frederick; BRAMMER, Stephen; MILLINGTON, Andrew. Barriers to proactive environmental management in the United Kingdom: implications for business and public policy. **Journal of General Management**. v. 33, n.3, 2008.

DONAIRE, Denis. Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 2, p. 68-77, 1994.

EPSTEIN, M.; ROY, M.J. Improving sustainability performance: specifying, implementing and measuring key principles. **Journal of General Management**. v. 29. n.1. p.15-31, 2003.

ÉRICA P. N. Financiamento ambiental praticado por instituições financeiras no Brasil. **VII - Encontro Nacional da ECOECO**, Fortaleza/CE, 28 e 30 de novembro, 2007.

FEBRABAN. **Relatório Anual 2011**. Federação Brasileira de Bancos. São Paulo, 2011.

FIROZ, Mohammad; ANSARI, A. AZIZ. Environmental Accounting and International Financial Reporting Standards (IFRS). **International Journal of Business and Management** v. 5, n. 10, 2010.

GILBERT, J.T., BIRNBAUM-MORE, P.H. Innovation timing advantages: from economic theory to strategic application. **Journal of Engineering and Technology Management (JET-M)** 12, 245–266, 1996.

GREEN, K.; MORTON B.; NEWS. Green purchasing and supply policies: do they improve companies' environmental performance? **Supply Chain Management**. v. 3. n.2. p.89-95, 1998.

HART, S.L.. A natural-resource-based view of the firm. **Academy of Management Review** 20 (4), p.986–1014, 1995.

HART, S. L. Beyond greening: strategies for a sustainable world. **Harvard Business Review**, v.75, n.1, p.67-76. 1997.

HENRIQUES, I.; SADORSKY, P. The relationship between environmental commitment and managerial perceptions of stakeholders importance. **Academy of Management Journal**. v. 42. n.1. p. 87-99, 1999.

HILLARY, R. Pan-European Union assessment of EMAs implementation. **European Environment**. v.8. p.184-192, 1998.

HILLARY, R. Small and medium enterprises and environmental management system: experience from Europe, extract from Hamschmidt, J. and Dyllick, T (2000). Nutzen Management System. Vom umwelt zum sustainability management system **IWO – Diskussionsbeitrag** n. 82. St. Gallen, S. p. 16-28. 2000.

HOFFMAN, A. J. Institutional evolution and change: environmentalism and the US chemical industry. In **Academy of Management Journal**. Mississippi State, Academy of Management. 42, 1999.

HOFFMANN, Samara Regina Bernardino; SILVA, Fabiula Meneguete Vides da; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Objetivos de organizações culturais sem fins

lucrativos e suas fontes financiadoras. **Cadernos Ebape. Br**, v. 7, nº 2, artigo 1, Rio de Janeiro, Jun. 2009. Disponível em: www.ebape.fgv.br/cadernosebape.

IENCIU, Alin Ionel; CARDOS, Vasile Daniel; MULLER, Octavian Victor. Instruments that are needed to ensure the credibility of environmental disclosure. **The Journal of the Faculty of Economics - Economic**. Jul. 2010, p.522-527

IENCIU, A. I.; CARDOS, V. D.; MULLER, V. O. Instruments that are needed to ensure the credibility of environmental disclosure. *The Journal of the Faculty of Economics*. v. 1 n. 1, p. 522-527, 2010.

ITAMI, H. Los activos invisibles. In: CAMPBELL, A; LUCHS, K. S. **Sinergia estratégica**. Bilbao: Deusto, 1994.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. The evolution of environmental management within organizations: toward a common taxonomy. **Environment Quality Management**. v.16, p.43-59, winter. 2006.

JAGHER, R. A., COSTA, N., COSTA J. Avaliação dos fatores determinantes na escolha de instituições bancárias com foco nas práticas de sustentabilidade. **II Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. Ponta Grossa/PR, 28 a 30 de novembro de 2012.

KIM, Y; STATMANN, M. Do corporation invest enough in environmental responsibility? 2011. Disponível em < <http://philpapers.org/rec/KIMDCI-3>>. Acesso em 31 ago.2014.

KLASSEN, Robert D.; McLAUGHLIN, Curtis P. The impact of environmental management on firm performance. **Management Science**. Ago. 42, 8.1996.

LIOUI, Abraham; SHARMA, Zenu. Environmental corporate social responsibility and financial performance: Disentangling direct and indirect effects. **Ecological Economics** - 78. 2012. p.100-111. Disponível em journal homepage: www.elsevier.com/locate/ecocon.

LO, Chris K.Y., YEUNG, Andy C.L., T.C.E.Cheng. The impact of environmental management systems on financial performance in fashion and textiles industries. **Int. J. Production Economics** 135 (2012) 561-567. journal homepage: www.elsevier.com/locate/ijpe

LUSTOSA, M. C. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: LUSTOSA, M. C.; MAY, P. H.; VINHA, V. **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. MAIMON, D. **Passaporte verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MĂRCUȚĂ, Alina; MĂRCUȚĂ, Ioana Niculae L.; ANGELESCU, Carmen. The importance of integrating the environmental indicators into financial and accounting Processes. **Lucrări Științifice**, Seria I, vol. Xiii (3), 2012.

MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **Limites do crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo:SP, Hicitec, 2010.

MOTTA, S. L. S; ROSSI, G. B. A influência do fator ecológico na decisão de compra de bens de conveniência: um estudo exploratório na cidade de São Paulo. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 38, n. 1, p. 46-57, 2003.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. Empresa Psicopata versus Empresa Cidadã. **RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, p. 19-29, 2007.

ORSATO, Renato J.; LEUNG, Pong. The pragmatic challenge of sustainable development lessons from Shell Canada. **Read**, v.9, n.6, nov-dec.2003.

ORSATO, R. J. Competitive environmental strategies: when does it pay to be green? **California Management Review**. vol. 48. n.2. p.127-143. 2006.

PINHEIRO, Leonardo Victor de Sá et. al. Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo, SP. maio/jun. 2011.

PORTER, Michael E., VAN DER LINDE, Claas. Green and competitive: ending the stalemate. **Harvard Business Review**, v. 73, n. 5, p. 120-34, Sep./Oct. 1995a.

PORTER, Michael E., VAN DER LINDE, Claas. Ser verde também é ser competitivo. **Exame**, ed. 597, ano 28, n. 24, p. 72-8, 22 nov. 1995b.

PORTER, M.; VAN DER LINDE, C. Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship. **Journal of Economic Perspective**, p. 97-118. 1995c.

POST, J. E.; ALTMAN, B.W. Managing the environmental change process: barriers and opportunities. **Journal of Organisational Change Management**. vol.7. n.4. p.64-81. 1994.

RAO, P.; HOLT, D. Do green supply chains lead to competitiveness and economic performance? **International Journal of Operation & Production Management**, v.25, n.9/10, 2005.

ROHRICH, S. S.; CUNHA, J. C. A proposição de uma taxonomia para a análise da gestão ambiental no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 86-95, 2004.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**, v. 40, n. 1, Jan./Mar. p. 76-87, 2000.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Financiamento da sustentabilidade nas micro e pequenas empresas. 2012. Disponível em http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/acesse/sustentabilidade/Financ_Sustent_Amb_MPE.pdf. Acesso em 9 dez. 2013

SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001**: Sistemas de gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2005.

SHARMA S, VREDENBURG H. Proactive corporate environmental strategy and the development of competitively valuable organizational capabilities. **Strategic Management Journal** 19(8):729–53. 1998.

SHRIVASTAVA, Paul. Environmental technologies and competitive advantage. **Strategic Management Journal**, v. 16, p. 183-200, Summer 1994/1995. (Special issue). 1995.

SILVA, Sabrina Soares da; REIS, Ricardo Pereira; AMÂNCIO, Robson. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo, SP. Mai./jun. 2011 . p. 146-176.

SLACK, N., CHAMBERS, S., HARLAND, C., HARRISON, A., JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

SMA/CPLEA. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **Manual para elaboração, administração e avaliação de projetos socioambientais**. São Paulo/SP: SMA / CPLEA, 2005.

SOUZA, R. S de. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **Read**. Edição especial 30. vol. 8. n. 6. nov-dez. 2002.

SOUZA, P. B. As instituições financeiras e a proteção ao meio ambiente. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro/RJ, v. 12, n. 23, p. 267-300, jun. 2005

THOUMY, M.; VACHON, S. 2012. Environmental Projects and Financial Performance: Exploring the Impact of Project Characteristics. **International of Journal of Production Economics**, 141(1): 28-34.

TRABUCCHI, Chiara; DONLAN, Michael; WADE, Sarah. A multi-disciplinary framework to monetize financial consequences arising from CCS projects and motivate effective financial responsibility. **International Journal of Greenhouse Gas Control** 4 (2010) 388–395.

VASCONCELOS, M.S. O papel das instituições financeiras na transição para uma economia verde. *Revista Economia Verde: desafios e oportunidades*. São Paulo/SP, n. 8, p. 191-96, jun, 2011.

WALKER, Kent; WAN, Fang. The harm of symbolic actions and green-washing: corporate actions and communications on environmental performance and their financial implications. **Springer Science & Business Media B.v.** 2011.

WILKINSON, A.; HILL, M.; GOLLAN, P. The sustainability debate. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 21, n. 12, p. 1492-1502, 2001.

WONG, Christina W.Y.; LAI, Kee-hung; SHANG, Kuo-Chung; LU, Chin-Shan. Green operations and the moderating role of environmental management capability of suppliers on manufacturing firm performance. **Int. J. Production Economics** 140 (2012) 283–294. 2012.

ZAMIR, Farah; AWAN, Tahira; HASAN Arshad. Comparison of Financial and non Financial environmental reporting. **Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business**. December, 2011, VOL 3, NO 8.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. **Journal of Environmental Psychology**, 14, 149-157, 1994.

* Relatório submetido em 31 de agosto de 2014 e aceito para publicação em 04 fevereiro de 2015.